

ELEIÇÕES

Ministério entrega relatório ao Tribunal Superior Eleitoral sobre a fiscalização do processo de votação. Sem indicar irregularidade, pede investigação técnica urgente

Defesa não aponta fraude

Brasília — O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira Oliveira, enviou, ontem, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o relatório de fiscalização do processo de votação que não aponta fraude nas urnas eletrônicas. Ele solicitou que seja feita investigação técnica urgente sobre eventuais riscos de segurança das urnas. O documento contém 63 páginas e fala em suposto risco de que um "código malicioso" interfira no funcionamento das urnas. Além de não apontar irregularidades, o relatório reconhece que os boletins de urnas e os resultados divulgados pelo TSE são idênticos, ou seja, o boletim que a urna imprimiu registrando os votos confere com o resultado da totalização divulgada pela corte eleitoral. Em nota, o TSE agradece ao ministro pelo envio do documento e ressaltou que o trabalho dos militares não aponta fraude na eleição.

No ofício em que enviou o relatório, Paulo Sérgio Nogueira alega que durante a inspeção feita pelos militares teria sido observada situação que "pode configurar relevante risco à segurança do processo". Ele propõe a criação de uma comissão de técnicos de instituições civis para investigar o funcionamento das urnas. Esse trabalho, contudo, já é feito durante o processo de preparação da eleição, com possibilidade de substituições de fiscalização, como a própria pasta da Defesa, para analisar as urnas e os programas que a fazem funcionar.

O relatório afirma que não houve investigação de crime eleitoral.

"Assinalo que o trabalho restringiu-se à fiscalização do sistema eletrônico de votação, não compreendendo outras atividades, como, por exemplo, a manifestação acerca de eventuais indícios de crimes eleitorais", afirma o documento. O relatório pede que o TSE analise dois pontos: "Do trabalho realizado, destaco dois pontos. Primeiro, foi observado que a ocorrência de acesso à rede, durante a compilação do código-fonte e consequente geração dos programas (códigos binários), pode configurar relevante risco à segurança do processo. Segundo, dos testes de funcionalidade, realizados por meio do Teste de Integridade e do Projeto-Piloto com Biometria, não é possível afirmar que o sistema eletrônico de votação está isento da influência de um eventual código malicioso que possa alterar o seu funcionamento", diz outro trecho.

A Defesa solicita, então: "Em consequência, solicito à corte eleitoral atender ao sugerido pelos técnicos militares no sentido de: realizar uma investigação técnica para melhor conhecimento do ocorrido na compilação do código-fonte e de seus possíveis efeitos; e promover a análise minuciosa dos códigos binários que efetivamente foram executados nas urnas eletrônicas", afirma ainda o documento.

O relatório é assinado pelo ministro Paulo Sérgio Nogueira e por outros três militares: o capitão de fragata Marcus Rogers Cavalcante Andrade, o coronel-aviador Wagner de Oliveira da Silva e o coronel Marcelo Nogueira de



O ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, demonstra preocupação com o código-fonte das urnas

Souza — este último comanda a equipe das Forças Armadas responsável pela fiscalização. Depois de informar que levaria até 30 dias para concluir a fiscalização do processo eleitoral, o ministério anunciou na segunda-feira que entregaria o relatório ontem. O prazo encurtado atendeu às pressões do presidente Jair Bolsonaro.

O ministro da Defesa reiterou por várias vezes que a função das Forças Armadas era de contribuir para melhorar o processo eleitoral. Em comunicado oficial, em 18 de outubro, ele disse agir à luz da Resolução 23.673/21, do TSE, para fis-

calizar o sistema eletrônico a convite do próprio tribunal, e não se dedicando a uma auditoria propriamente dita. Em 14 de julho, quando foi ao Senado, Nogueira projetou num telão uma apresentação com o título "A colaboração das Forças Armadas para aperfeiçoamento da segurança e da transparência do processo eleitoral brasileiro". Naquele dia, ele fez um histórico das perguntas e sugestões que haviam sido enviadas ao TSE pelos militares.

Ao final, o general resumiu o pedido em três itens: realização de teste de segurança no modelo 2020 da urna; testagem das urnas no dia da votação, com acionamento feito por digitais dos eleitores; e auditoria dos partidos mais efetiva. A participação do ministério nas eleições foi alvo de embates constantes com os diferentes

ministros que passaram pelo comando do TSE. Em agosto do ano passado, os militares foram convidados pelo então presidente da corte Luis Roberto Barroso para integrar a comissão de transparência das eleições. À época, o titular da pasta ainda era o general Walter Braga Netto. Ele indicou o general Heber Garcia Portella, que passou a reproduzir o discurso contra as urnas de Bolsonaro nas reuniões realizadas pelo TSE, e chegou a cobrar dos ministros que apontassem "as consequências para o processo eleitoral caso fosse identificada alguma irregularidade".

Os militares enviaram ao tribunal mais de 88 questionamentos e sugestões de melhorias do sistema eletrônico de votação. Os documentos reproduziram também parte dos ataques de Jair Bolsonaro às urnas eletrônicas, com questionamentos até mesmo sobre a existência de entradas USB nos dispositivos. Diante das investidas das Forças Armadas, Edson Fachin chegou a dizer que "quem cuida das eleições são forças desarmadas".

RESPOSTA Em nota, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, agradeceu ao ministro pelo envio do

documento e ressaltou que o trabalho dos militares não aponta fraude na eleição. "O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu com satisfação o relatório final do Ministério da Defesa, que, assim como todas as demais entidades fiscalizadoras, não apontou a existência de nenhuma fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral de 2022. As sugestões encaminhadas para aperfeiçoamento do sistema serão oportunamente analisadas. O TSE reafirma que as urnas eletrônicas são motivo de orgulho nacional, e as eleições de 2022 comprovaram a eficácia, lisura e total transparência da apuração e totalização dos votos", diz a nota.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Página: 5